José Alberto Azeredo Lopes

Ministro da Defesa Nacional

Intervenção do Ministro da Defesa Nacional, José Alberto Azeredo Lopes, na sessão de abertura do Seminário Internacional *The European Union Global Strategy* no Instituto de Defesa Nacional

Lisboa, 01 de fevereiro de 2015

Muito Bom dia!

Saúdo, em primeiro lugar, a Mesa de Honra deste Seminário:

Excelentíssimo Senhor Diretor do Instituto da Defesa Nacional, Major-General Vítor Rodrigues Viana, e

Excelentíssimo Senhor Embaixador ao Comité Político e de Segurança, Rui Vinhas,

Saúdo esta magnífica assembleia:

Excelentíssimo Senhor General Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas;

Excelentíssimo Senhor General Chefe do Estado-Maior da Força Aérea;

Excelentíssimo Senhor Almirante Chefe de Estado-Maior da Armada;

Excelentíssimos Senhores Deputados à Assembleia da República;

Excelentíssimos Senhores Embaixadores;

Excelentíssimos Senhores Dirigentes;

Excelentíssimos Senhores Oficiais Generais;

Excelentíssimos Conferencistas e Moderadores;

Excelentíssimos Convidados;

Senhoras e Senhores Auditores do Curso de Defesa Nacional;

Minhas Senhoras e Meus Senhores.

Permitam-me que comece por saudar esta iniciativa que junta os Ministérios dos Negócios Estrangeiros e da Defesa Nacional de Portugal, além de instituições tão prestigiadas como o Colégio Europeu de Segurança e Defesa, o Instituto de Estudos para a Segurança da União Europeia e, por último mas não por último, o Instituto de Defesa Nacional que hoje nos acolhe como anfitrião deste Seminário.

Agradeço portanto, na pessoa do seu Diretor, Senhor Major-General Vítor Rodrigues Viana, a oportunidade de partilhar, neste contexto, uma reflexão necessariamente breve sobre um tópico tão candente para o futuro da Europa que, por importar ao futuro da Europa, importa a cada um de nós.

De facto, estamos no momento certo para testemunhar que a *Estratégia Europeia de Segurança* adotada em 2003, embora revista em 2008, deixou de conseguir responder plenamente aos desafios de um ambiente geopolítico em acelerada mutação e, diriam alguns, em acelerada confusão.

É normal, diga-se. As transformações a que temos vindo a assistir, tanto no nosso continente como por outras bandas, são de tal envergadura e complexidade que questionam conceitos, mostram ameaças diferentes, impõem outras estratégias e abordagens, convocam-nos para zonas ambíguas e de solução imperiosa mesmo lá onde ainda a não conseguimos encontrar. Uma das referências próximas da Estratégia de 2003 era o Kosovo e eram ainda os Balcãs, era a Al-Qaeda que ainda muito pouco conhecíamos. Hoje, as referências são mais perigosas, mais imediatas e igualmente de difícil apreensão. Do mesmo modo, e muito claramente, a União Europeia não pode, de modo confortável, continuar a esperar que outro assegure o essencial das tarefas e encargos relativos à sua segurança e, sobretudo, à sua defesa. Esses são tempos que já foram, cabendo-nos, penso que de forma perene, definirmos se sim, e se sim em que termos, queremos assumir de vez os nossos destinos também nessa esfera.

A tarefa de gizar uma nova *Estratégia Global para a União Europeia* é, portanto, urgente.

Lidamos dificilmente, por exemplo, com pulsões contraditórias na nossa vizinhança. Ficámos entusiasmados, de forma algo ingénua e às vezes a um ponto quase inexplicável, perante alegadas primaveras democráticas que depois nos desiludiram o mais delas. Olhando embevecidos, deixámos que territórios ficassem apetecíveis, porque desprotegidos, no Magrebe como no Sahel. Mostrámos uma desagradável tendência para comportamentos muito marcados pela mera dimensão reativa, às vezes, infelizmente, sopesando de modo algo superficial as consequências do que íamos fazendo.

Tivemos e continuamos a ter dificuldade em compreender como no terreno pode ser tarefa torturada, se não mesmo impossível, escolher entre um ou outro opositor, porque todos são inaceitáveis mesmo para o mais empedernido adepto das teses realistas das relações internacionais.

Intramuros, isto é, no nosso espaço que tínhamos como definitivamente democrático e sem riscos, assistimos estupefactos a excessos populistas que procuram acordar nacionalismos dormentes que desejam novos inimigos, porque é dos livros que a existência de um inimigo suficientemente ameaçador dirige as atenções para longe.

É como há mais de quatro séculos escrevia em três proposições lapidares Jean Bodin, no quinto dos seus seis livros sobre a República: a guerra com o inimigo é um meio de manter os súbditos em amizade e é um modo de expurgar a República de vagabundos e sediciosos. E, finalmente, o temor dos inimigos mantém os súbditos em sentido.

Por isso, e sem querer ser provocatório, talvez um dos principais desafios destes dias que vivemos seja, até mais do que a construção definitiva e robusta de *uma* política externa e de defesa europeia, impedir que se proclamem como *europeias* várias e dispersas políticas externas e de segurança.

Somos confrontados com riscos e ameaças muito significativos que não conhecíamos, de forma mais visível (como ainda há pouco sentimos com horror em Paris) como menos visível (tudo aquilo que nos obriga a construir uma ciberdefesa competente). É tempo, todos concordaremos, de definirmos, de forma estruturada e sistemática, um modo-de-agir europeu que os europeus compreendam, aceitem e legitimem.

Portugal, sinto especial gosto em o assinalar, tem vindo ativamente a dar o seu contributo para o desenho desta Estratégia Global da União Europeia para a Política Externa e de Segurança, saudando nela uma oportunidade para, em conjunto – Estados-membros, instituições e sociedade civil – reforçarmos o nosso posicionamento global e acordarmos uma mais clara definição dos nossos interesses estratégicos.

Dos trabalhos e percurso já transcorridos, não há como não nos associarmos às prioridades que esta Estratégia já soube definir, designadamente no que diz respeito ao objetivo de consolidar a resiliência democrática da UE e dos seus Estados-membros, bem como dos Estados e sociedades nas regiões suas vizinhas. E, perdoe-se a breve nota que não se pretende crítica, terá chegado a altura de concretizar, de trazer a uma luz mais terrena e mais crua e mais operacional aqueles conceitos em que todos, estou certo, nos revemos com muita convicção.

A proposta que esta Estratégia traz, enfim (ou até que enfim!) no plano da União Europeia, de uma abordagem integrada e multidimensional relativamente a conflitos e crise é igualmente indisputável. E o mesmo se diga, embora com alguns fortes desequilíbrios sob uma perspetiva de ameaça, da sua visão da segurança regional na direção do pleno dos pontos cardiais da rosa-dos-ventos. Em linha com o que muito se tem debatido na NATO, permitam-me que destaque apenas duas das direções, porque não se esqueça que é um olhar da Defesa aquele que aqui proponho:

1. A Leste, porque imediatamente nos convocam as agendas de atores como a Rússia, a Ucrânia e, já entre nós, da Polónia;

e

1. A Sul, porque somos chamados a assumir responsabilidades pelas vítimas do conflito sírio e do Daesh e porque a isso nos obriga a própria visão do Conselho de Segurança e a nossa defesa em sentido estrito, mas também pelo desenraizamento que a pobreza e a desesperança provocam no continente africano.

Estão lançados os dados para que a UE se possa ou não consolidar no estatuto de ator global que parece estar-lhe destinado. Porém, e permitam-me que insista, falta ainda (e não é tarefa de pouca monta) dar conteúdo prático e operacional à nova Estratégia. E faltando ainda, o que se tem afigurado de ainda maior envergadura, uma assunção clara de um projeto europeu, de uma União Europeia *também* na Defesa. Permitam-me que seja ainda mais claro. Ninguém questiona a NATO e a sua relevância matricial na garantia da nossa segurança. Mas ninguém deverá questionar, por outro lado, a impossibilidade de a União se manter arredada por muito mais tempo de uma reflexão e ação consistentes naquilo que à nossa defesa e segurança se refere. Porque, acontecendo essa omissão, teremos sempre União Europeia, ou assim o espero como europeísta convicto. Mas teremos também, estou certo, uma União Europeia que continuará a ser menor, tanto politicamente como do ponto de vista do seu elemento essencial – que é, justamente, o ser uma *União*.

Saúde-se, por tudo isto, o facto de os trabalhos em torno do Plano de Ação Europeu de Defesa (PAED) estarem a ser conduzidos em estreita articulação com os desta Estratégia Global de Política Externa e de Segurança.

Mas confesse-se, não obstante, uma ponta de inquietação. Porque, como nos demonstram a realidade e o concreto, pensar em termos de Defesa é cada vez mais um pressuposto, e cada vez menos um simples capítulo, de uma ação externa capaz e eficiente dos Estados ou das Organizações Internacionais. Logo, por identidade ou até maioria de razão, da União Europeia e dos Estados que a compõem.

Como muito bem revelam fenómenos que, quase todos, definitivamente transcendem fronteiras, como as migrações e a *internet* (pela positiva) e o terrorismo e a cibercriminalidade (pela negativa)a *defesa* é, mais e mais, condição da *segurança*, numa continuidade que se pretende apta a garantir a paz e os direitos humanos dos nossos cidadãos. E continuidade, diga-se, liberta de quaisquer pretensões hegemónicas ou de “capela”, como alguns epifenómenos a que, infelizmente, vamos assistindo e que só nos dividem e nos limitam. Sendo outra vez claro: no plano europeu, não se espere que a Defesa reivindique substituir-se a enquadramentos de Segurança. Mas espera-se da mesma sorte que, havendo ou não uma política europeia consolidada na Defesa, se evite a tentação de tudo considerar como Segurança.

Há, por isso, que não subestimar a dimensão da Defesa na discussão da nova estratégia global, reconhecendo a transversalidade deste setor e explorando (diria: até que enfim) todo o potencial da Política Comum de Segurança e Defesa.

A esta devemos assacar missões exequíveis, que recorram – de forma proporcional e no respeito pelo equilíbrio geográfico – à capacidade instalada dos estados-membros, fazendo com que o setor da defesa europeu comungue, também ele, do programa democrático europeu, de preservação das nossas sociedades como espaços plurais, abertos ao mundo e diversos.

Uma política comum de defesa da UE pode e deve, pois, ser um instrumento relevante da sua política externa, ao serviço das suas prioridades no plano geopolítico e diplomático, refiram-se elas ao potencial exportador das tecnologias da defesa, à segurança marítima, ao combate à proliferação de armas químicas ou ao combate ao tráfico de seres humanos.

Deixam-se, pois, de forma que não pretende ser exaustiva, alguns desafios que esta novíssima Estratégia Global da União Europeia deveria enfrentar, sobretudo – mas não apenas – de uma perspetiva de segurança e defesa:

1. Como poderá a Estratégia Global da UE fundar uma verdadeira cultura estratégica comum aos estados-membros da UE?
2. Como fazer para que ela contribua para traduzir essa cultura numa praxis que seja uma gramática própria comum à defesa dos países europeus?
3. Como garantir que essa cultura e essa praxis sejam sobretudo capazes de atuar preventivamente, antecipando (através de uma conceção de Defesa moderna) ameaças à segurança dos nossos cidadãos e protegendo os seus direitos e as suas liberdades fundamentais?
4. Como tornar a estratégia global reconhecível e clara aos olhos dos parceiros internacionais da União Europeia?
5. Que relações estabelecer com outras organizações multilaterais – como a OTAN, a ONU, a OSCE?
6. Dentro da mesma linha de raciocínio, que relações estabelecer com organizações regionais, como a CEDEAO (Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental) e a CEEAC (Comunidade Económica dos Estados da África Central) mas também como o FRA (o Fórum Regional ASEAN), o CDS (Conselho de Defesa sul-americano) que, nos respetivos quadrantes geopolíticos, vão gizando as suas próprias políticas concertadas de segurança, incluindo na vertente da coordenação militar?

A Europa precisa de estabelecer, com confiança, os pilares de uma estratégia de política externa e de segurança que seja própria, isto é, que sirva as suas premissas civilizacionais num mundo globalizado. A prová-lo está, certamente, a tragédia que se vive no seu berço mediterrânico e aqueles que, dia após dia, ali continuam a perecer. Mas a tragédia, minhas senhoras e meus senhores, pode também estar mesmo junto a nós, logo ali ao sair da porta. O terrorismo transnacional aí está para no-lo demonstrar. Cada vez mais profissional, cada vez a comunicar melhor, cada vez a atacar mais fundo aquilo que temos de mais fundo e importante.

É com este enquadramento, que espero não entendam como pessimista – porque, acreditem, não o é –, que desejo a todos os participantes neste seminário “bom trabalho”. Que as vossas reflexões frutifiquem e contribuam para que a Europa venha finalmente a ser um ator global inspirador e eficaz na resposta aos desafios internacionais que se lhe colocam.

\*\*\*